

?É urgente pôr fim à exploração dos desempregados?, afirma CGTP

1 de Dezembro, 2014 - 23:33h

A CGTP exigiu nesta segunda-feira que o Governo cumpra de imediato a recomendação do Provedor de Justiça sobre os contratos de emprego-inserção (CEI e CEI+) e acabe com a ?situação vergonhosa, ilegal e imoral?, de obrigar os desempregados a trabalhar por 84 euros mensais, ?sob a ameaça da não atribuição ou cessação de prestações de desemprego ou rendimento social de inserção?.

Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, denunciou em conferência de imprensa que os contratos de emprego-inserção (CEI e CEI+) são uma forma de ?retirar os desempregados das estatísticas do desemprego? e lembrou que até outubro deste ano estavam colocados 162.181 desempregados ao abrigo destes contratos.

Segundo a Lusa, Arménio Carlos sublinhou: ?A CGTP exige que se ponha imediatamente termo a esta situação vergonhosa, ilegal e imoral?.

Note-se que os CEI e CEI+ são fomentados pelo ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e aplicados através do IEFP, obrigando pessoas desempregadas a trabalhar sem salário nem contrato, recebendo apenas 84 euros por mês mais subsídios de transporte e de alimentação.

O secretário-geral da CGTP lembrou que há mais de uma semana o Provedor de Justiça deu provimento a uma queixa da central sindical e recomendou ao Governo que acabasse com o uso abusivo dos contratos de emprego-inserção (CEI e CEI+), ao abrigo dos quais desempregados são colocados em serviços públicos ou instituições privadas de solidariedade social (IPSS), durante um ano, pagos maioritariamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No documento da CGTP ([disponível no seu site](#) ^[1]), a central sindical salienta que ?a situação é tanto mais grave quanto o Governo para além de ser o primeiro a infringir a lei, persiste em coagir os desempregados a prestar trabalho a troco de 84 euros mensais, sob a ameaça da não atribuição ou cessação de prestações de desemprego ou rendimento social de inserção?.

A central sindical aponta também que ?não é admissível que os desempregados sejam chamados a trabalhar para suprir tarefas de carácter permanente e indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços, sem os correspondentes vínculos de trabalho, com os direitos laborais e salários idênticos aos dos restantes trabalhadores?.

A CGTP sublinha que estes casos se verificam ?sobretudo na educação, na saúde, nas

autarquias, ou na segurança social, envolvendo todos os níveis de qualificação e carreiras, entre assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores, e todo o tipo de funções, desde o apoio administrativo, vigilância, auxiliares de educação, limpeza, não configurando, obviamente, trabalho socialmente necessário?.

A central sindical denuncia os casos ?escandalosos?:

- do Instituto da Segurança Social, ?em que, ao mesmo tempo que se abusa do trabalho dos desempregados e degrada o serviço público, se prepara um despedimento coletivo de centenas de homens e mulheres, através da chamada 'requalificação', primeiro com a redução do salário até 60%, para de seguida forçar os trabalhadores a saírem por insuficiência de recursos financeiros para terem uma vida digna?.

- da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), ?que ao ter admitido 45 desempregados nesta situação, dá cobertura a um processo ilegal e imoral, quando devia ser uma das primeiras instituições a agir em tempo útil, não só para assegurar o cumprimento da lei, como para combater e punir os infratores?.

A CGTP reivindica a integração destes desempregados nos quadros de pessoal dos serviços onde estão colocados e o fim do processo de ?requalificação? em curso na Segurança Social, com vista à colocação de quase 700 trabalhadores em inatividade, cujos serviços têm ?centenas de trabalhadores desempregados? ao abrigo dos contratos de emprego-inserção.

Artigos relacionados:

ACT abusa do trabalho de desempregados, acusa Provedor de Justiça ^[2]Provedor de Justiça quer travar Contratos Emprego-Inserção no Estado ^[3]Bloco propõe medidas de combate à pobreza infantil, fim dos CEI e da sobretaxa do IRS ^[4]Bloco quer auditoria do Tribunal de Contas aos Contratos Emprego-Inserção ^[5]Serviços públicos usam e abusam dos Contratos Emprego Inserção ^[6]

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/e-urgente-por-fim-exploracao-dos-desempregados-afirma-cgtp/35005>

Ligações:

[1] <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/emprego-e-formacao-profissional/7949-e-urgente-por-fim-a-exploracao-dos-desempregados>

[2] <http://www.esquerda.net/artigo/act-abusa-do-trabalho-de-desempregados-acusa-provedor-de-justica/34964>

[3] <http://www.esquerda.net/artigo/provedor-de-justica-quer-travar-contratos-emprego-insercao-no-estado/34899>

[4] <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-propoe-medidas-de-combate-pobreza-infantil-fim-dos-cei-e-da-sobretaxa-do-irs/34828>

[5] <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-quer-auditoria-do-tribunal-de-contas-aos-contratos-emprego-insercao/34685>

[6] <http://www.esquerda.net/artigo/servicos-publicos-usam-e-abusam-dos-contratos-emprego-insercao/34492>